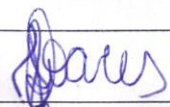
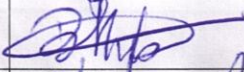
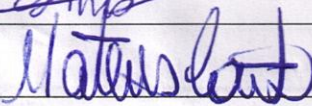
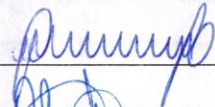
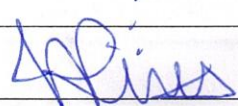


- Santa Casa. Os conselheiros analisaram o projeto, que consta o acréscimo de um pavimento na obra, após averiguarem se existiam possíveis prejuízos ao bem tombado cuja edificação está no entorno, o Conselho deliberou favorável à alteração do projeto. A próxima pauta abordada foi sobre a análise de obra na rua Marechal Floriano Peixoto. A presidente expôs que a obra é em uma residência que localiza-se de frente a “mercearia do Raul” e, por conseguinte, tem proximidade com a Praça Olegário Maciel, que é tombada na esfera municipal. Todavia, a obra na residência trata-se da construção de uma varanda ao lado, para garagem, em telha colonial. O que não impacta visualmente o bem tombado, que é a Praça. Bárbara advertiu que a análise de tal obra não deve levar em conta a residência, mas sim o possível impacto na Praça da Estação. A planta da obra foi apresentada aos conselheiros que analisaram e, por unanimidade, deliberaram positivamente pela obra. Outra pauta abordada foi em relação ao repasse para a Associação dos Reinadeiros de Bom Despacho. Bárbara informou que no ano anterior foi repassado R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) para a manutenção da Festa que, diante da pandemia, não ocorreu. Todavia, o investimento foi revertido para melhorias na infraestrutura da Sede, que recebe os reinadeiros para reuniões durante todo o ano e para os almoços e jantas durante a Festa. Todavia, devido a alta inflação e a proporção que o festejo tomará nesse ano, após dois anos de pandemia, a Associação solicitou o aumento no repasse. A partir disso, o setor do patrimônio cultural da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo indicou aos representantes o valor de R\$60.000,00 (sessenta mil reais) e ficou de passar a pauta para os conselheiros analisarem. Os conselheiros, por unanimidade, deliberaram positivamente em relação ao aumento do investimento para que a Associação dos Reinadeiros possa realizar a Festa em dois mil e vinte e dois. Ao final, Bárbara convidou todos os membros a participarem da Rodada do Patrimônio Cultural, que será promovida pelo IEPHA na cidade de Bom Despacho, no dia trinta e um de maio de dois mil e vinte e dois. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, Bárbara Silva Freitas, e assinada por todos os presentes acima nominados e referenciados.

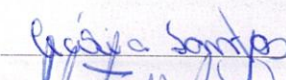
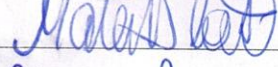
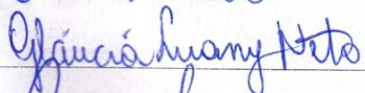
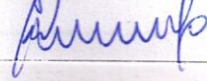
Membros Titulares	
Joyce Jaciara Chaves Soares	
Bárbara Silva Freitas	
Mateus Couto Batista	
Rodrigo Machado	
Gláucia Luany Neto	
Membros Suplentes	
Juliano Pires	

Ata da 149ª (centésima quadragésima nona) reunião ordinária do Conselho Consultivo e Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural do Município de Bom Despacho, Minas Gerais, realizada no dia vinte e sete do mês de junho de dois mil e vinte e dois. A reunião foi realizada presencialmente, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Av. Maria Conceição Del Duca, 150, bairro Jaraguá. Foi coordenada pela então secretária executiva, Bárbara Silva Freitas (empossada como presidente do conselho durante a reunião). A reunião contou com a presença dos seguintes membros: Mateus Couto Batista (titular); Maria das Graças Epifânio da Silva (suplente); Rodrigo Machado (titular); Gláucia Luany Neto (titular); Cecília Pinto Santos (empossada como

membro titular na reunião); João Mansur Neto (empossado como membro suplente na reunião); Lorena Soares Silva Máximo (empossada como membro suplente na reunião) e Sandra Gontijo Fernandes Pontes, presidente da Associação dos Reinadeiros de Bom Despacho, convidada. Todos os conselheiros foram comunicados sobre a reunião por meio de mensagem enviada no grupo COMPAC BD no Whatsapp e que continha data, horário, local e pautas da reunião convocada. As pautas foram: *Posse dos novos membros e atualização da presidência e secretariado; análise de investimento no Reinado e análise de investimento no Memorial Sacro- que abrigará a imagem inventariada de Nossa Senhora do Bom Despacho*. A reunião foi iniciada pela conselheira Bárbara que, primeiramente anunciou a saída oficial da conselheira e presidente Joyce Jaciara Chaves Soares do conselho e a necessidade de convocação de nova presidência e secretariado, além de atualização dos membros do conselho devido também ao vencimento da gestão empossada em 2020 (dois mil e vinte). Dessa forma, Bárbara anunciou os novos membros a serem empossados: Cecília Santos, jornalista e servidora pública da Secretaria de Cultura e Turismo, que está engajada na pasta de patrimônio cultural desde 2021 (dois mil e vinte e um); João Mansur, que manifestou interesse em participar do conselho, é antropólogo com especialização em arqueologia e também desenvolve um trabalho com os modos de fazer viola do Senhor Cabral, um patrimônio inventariado do município; Lorena Máximo, servidora pública na Secretaria de Planejamento e Cristina Machado, formada em história, professora da Escola Wilson Lopes e neta do ferroviário, Sr. Benjamim. Após o anúncio dos novos membros, foi aberta a candidatura e votação para presidência e secretariado. A conselheira Bárbara Freitas se candidatou para o cargo de presidência para a gestão de 2022-2024 (dois mil e dois – dois mil e vinte e quatro) e assim foi feita a votação, sendo Bárbara eleita unanimemente como presidente do conselho. A servidora Cecília Santos se candidatou para ser a secretária executiva e assim ela foi eleita também unanimemente para o cargo. Após a posse dos novos membros, da presidência e do secretariado do Conselho, a presidente Bárbara iniciou a apresentação das próximas pautas; uma delas, a análise de investimento no Reinado no valor de cem mil reais. Ela explicou que a Secretaria, com a deliberação do Conselho, já havia investido sessenta mil reais no Reinado (bem cultural registrado do município) por meio de termo de fomento; os sessenta mil saíram do Fundo do Patrimônio Cultural e tem um retorno na pontuação do ICMS Patrimônio Cultural. Porém, a secretaria recebeu uma nova demanda da Associação dos Reinadeiros para um repasse de cem mil reais devido às dificuldades que surgiram para a realização da Festa depois de dois anos sem realizá-la devido à pandemia da covid-19. No plano de trabalho apresentado pela Associação, para os cem mil reais, foi colocado que o investimento seria gasto apenas no fardamento dos dançantes e, assim, Bárbara pediu para que Sandra Gontijo, presidente da Associação dos Reinadeiros, justificasse para o Conselho esse investimento apenas na aquisição de fardamento. Sandra argumentou que o Reinado abrange uma grande quantidade de pessoas; aproximadamente 1610 (um mil seiscentos e dez) pessoas participam da Festa enquanto reinadeiras e reinadeiros, acompanhantes, princesas; e a maioria delas possuem dificuldades financeiras que refletem na dificuldade de comprar fardas, que saem em torno de R\$200,00 e R\$500,00 (duzentos e quinhentos) reais para cada pessoa. Segundo

Sandra, ainda, a farda é essencial para o dançante; sem a farda, o dançante não sai para dançar e assim ela é uma das maiores preocupações para os capitães. Por isso, o investimento nela é tão essencial, pois se os reinadeiros não tiverem fardas, não há festa. Bárbara Freitas enfatizou a questão da importância do fardamento que, segundo as pesquisas que a Secretaria já realizou com os reinadeiros, os cortes não saem sem as fardas. Sandra acrescentou ainda que, para além de terem que pagar o material na loja, os reinadeiros ainda têm que pagar o serviço das costureiras e que, para isso, eles muitas vezes ainda pedem ajuda para inteirar o valor total do fardamento. Depois, a conselheira Gláucia perguntou se há recurso disponível no Fundo. A presidente Bárbara respondeu que o recurso está disponível e que a Secretaria e o Conselho tinham previsto um

investimento na Biquinha. A presidente expôs que foi contratado um projeto arquitetônico para realizar a revitalização do bem em 2021 (dois mil e vinte e um). Em 2022 (dois mil e vinte e dois) foi contratado o projeto básico e luminotécnico, bem como a planilha orçamentária. Todavia, tal serviço ainda não foi finalizado, impedindo a Secretaria de iniciar o processo licitatório para a realização da revitalização da Biquinha. Logo, Bárbara colocou que, na prática, por questões burocráticas, a Secretaria talvez não vai conseguir investir esses recursos no projeto da Biquinha neste ano e que, com esse investimento no Reinado, haveria já o repasse de parte do dinheiro do Fundo para o Reinado, que além de ser patrimônio cultural registrado, envolve bastante gente. Foi aberta, então, a votação para o conselho deliberar sobre o repasse dos cem mil para o Reinado e, unanimemente, o Conselho decidiu por fazer tal repasse. Terminada a votação, a presidente passou para a próxima pauta: a análise de investimento de vinte mil reais no Memorial Sacro. Bárbara explicou que o investimento, caso aprovado pelo conselho, seria repassado também por termo de fomento para a Fundação Bom Despacho; ela lembrou que no ano de 2021 (dois mil e vinte e um), foi repassado um valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil) para a Fundação para contribuir na restauração da imagem de Nossa Senhora do Bom Despacho, que é inventariada como patrimônio cultural. Porém, a Fundação não conseguiu dar início ao processo de restauração e pediu uma troca no acordo: os 50 mil reais seriam utilizados para a construção de um memorial, onde a imagem da santa seria exposta e pública. O acordo foi aprovado pelo conselho na época porque, segundo Bárbara, o patrimônio cultural deve ser público e atualmente a imagem fica trancada na paróquia e ninguém tem acesso a ela. A presidente ainda acrescentou que o memorial está para ser inaugurado no próximo mês e a Fundação solicitou esse subsídio de R\$20.000,00 (vinte mil) também para contribuir com o próprio acervo do memorial e aquisição de itens. A presidente, então, abriu a discussão para o conselho para decidirem se vale a pena investir mais R\$20.000,00 (vinte mil) no memorial ou não. Gláucia perguntou o que mais terá no memorial além da imagem da santa. Bárbara explicou que não será só a imagem, mas que, por enquanto, só ela é inventariada. Porém, explicou que nada impede que, depois que o memorial fique pronto, outras peças possam ser inventariadas. Gláucia também perguntou se podemos formalizar com a Fundação uma carta de compromisso dizendo que o memorial estará sempre aberto e disponível para visita de turistas e escolas. Bárbara colocou que podemos exigir que essa questão esteja no plano de trabalho deles. João perguntou sobre a restauração da imagem, se eles ainda pretendem restaurar futuramente a imagem. E Bárbara disse que iria perguntar para as diretoras da Fundação como está o processo. Foi aberta, assim, a votação sobre o repasse dos vinte mil à Fundação e o conselho aprovou também tal repasse desde que eles afirmem o compromisso de deixar o memorial aberto ao público e disponível para a visita, além de contratarem equipe especializada em museologia para manusearem as peças. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada por mim, Cecília Santos, e assinada por todos os presentes acima nominados e referenciados.

Membros Titulares	
Bárbara Silva Freitas	
Cecília Pinto Santos	
Mateus Couto Batista	
Gláucia Luany Neto	
Rodrigo Machado	

Membros Suplentes

Maria das Graças Epifânio da Silva

João Mansur Neto

Lorena Soares Silva Máximo

*Epifânio**João Mansur Neto**Lorena Soares Silva Máximo*

Ata da 150ª (centésima quinquagésima) reunião ordinária do Conselho Consultivo e Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural do Município de Bom Despacho, Minas Gerais, realizada no dia cinco do mês de agosto de dois mil e vinte e dois. A reunião foi realizada virtualmente através da plataforma Google Meet e foi coordenada pela Presidente, Bárbara Silva Freitas. A reunião contou com a presença dos seguintes membros: Mateus Couto Batista (titular); Maria das Graças Epifânio da Silva (suplente); Rodrigo Machado (titular); Cecília Pinto Santos (titular); João Mansur Neto (suplente); Lorena Soares Silva Máximo (suplente) e Carolina Moreira (arquiteta e consultora do patrimônio cultural). Todos os conselheiros foram comunicados sobre a reunião por meio de mensagem enviada no grupo COMPAC BD no Whatsapp e que continha data, horário, local e pautas da reunião convocada. As pautas foram: *análise de obra de reforma em imóvel na Rua Vigário Nicolau, nº185 - perímetro de entorno do tombamento da Escola Municipal Coronel Praxedes; análise de demolição de imóvel inventariado na Praça da Matriz, nº 272; análise de obra de obra de reforma em imóvel na Rua Dona Mariquinha, nº 55; perímetro de entorno do tombamento da Paineira; análise de abertura de novo Livro de Registro.* A reunião foi iniciada pela presidente Bárbara, que começou falando da urgência de análise das obras de reformas em imóveis que estão no entorno de perímetros de bens tombados para que o conselho possa dar retorno à Secretaria de Obras. Primeiramente, foi analisada a obra de reforma do imóvel na Rua Vigário Nicolau, número, 185, no perímetro de entorno do tombamento da Escola Coronel Praxedes. Bárbara explicou que o imóvel não é protegido com o inventário, mas é protegido por estar dentro do entorno de tal perímetro. Segundo a presidente, trata-se de uma edificação eclética, possivelmente dos anos de 1940, mas que se encontra descaracterizada devido a uma reforma que trocou as janelas e interviu no telhado com a colocação de uma platibanda; foi uma reforma que descaracterizou o imóvel e que provavelmente aconteceu antes da existência/atuação do presente Conselho do Patrimônio Cultural. Os atuais responsáveis pelo imóvel solicitaram uma reforma na residência e a Secretaria de Obras encaminhou o pedido para o COMPAC. Bárbara explicou que a reforma se trata de pequenas mudanças em elementos internos e a colocação de uma porta de blindex na parte externa. Ela explicou ainda que as reformas internas não precisam passar por este conselho, mas as reformas externas têm que ser aprovadas, seguindo as diretrizes do dossiê de tombamento da Escola Coronel Praxedes. Segundo ela, a reforma não vai impactar diretamente a Escola Coronel Praxedes, não alterando a altimetria do imóvel. Carolina Moreira analisou o projeto e disse não ver problemas na reforma solicitada; mas sugeriu que o Conselho indicasse a remoção da platibanda colocada em reforma anterior; elemento que descaracteriza o imóvel e a ambiência local; de forma a tentar devolver as características originais de tal edificação. A consultora acrescentou ainda que não vê problemas na reforma solicitada, uma vez que eles não estão verticalizando o imóvel, impedindo visibilidade da Escola tombada. A presidente, então, abriu espaço para a votação da pauta. Cecília votou a favor da reforma, desde que seja colocada a sugestão de retirada da platibanda. Lorena Máximo votou a favor e perguntou se o Conselho irá pedir para que os solicitantes da reforma votem com as características originais da residência. Bárbara explicou que o Conselho não vai pedir para voltar a residência toda na forma original, tanto é que a reforma que o Conselho está autorizando descaracteriza um pouco mais o edifício, mas em contrapartida, o Conselho vai pedir para que retirem a platibanda. Maria das Graças e Matheus Couto também votaram a favor, desde que